
**A REESTRUTURAÇÃO
DOS ÓRGÃOS DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA ENFRENTAR NOVOS DESAFIOS**

Conferência incluída no programa do Curso de Defesa Nacional (CDN 95), proferida no Instituto da Defesa Nacional, na Delegação do Porto e em Lisboa, respectivamente, em 11 de Novembro e 12 de Dezembro de 1994.

Carlos Santos

A REESTRUTURAÇÃO DOS ÓRGÃOS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ENFRENTAR NOVOS DESAFIOS

As Nações Unidas comemoram o seu quinquagésimo aniversário em 1995. Nunca, em toda a sua história, a organização mundial foi chamada como hoje a desempenhar tantos papéis. Mais do que nunca, os estados membros procuram ajuda no seio das Nações Unidas e lhe confiam novas responsabilidades.

A que se deve esta busca? Por que estamos preocupados com a sua reestruturação? Com a capacidade de resposta da organização e dos seus organismos especializados? Por que as Nações Unidas se tornaram foco da atenção dos meios de comunicação social de todo o mundo?

Hoje, estados e povos são confrontados com ameaças múltiplas. O mundo tem de encontrar novos caminhos para as enfrentar. Quando a Organização das Nações Unidas foi criada, os estados tornavam-se membros para se proteger das agressões dos outros estados.

Agressões directas de um estado contra outro são raras, actualmente. Só em 1993 houve 42 conflitos de sérias proporções. Dos 82 conflitos armados que eclodiram entre 1989 e 1992 apenas 3 se deram entre estados. Todos estes conflitos são uma ameaça crescente. A organização mundial começa a ser chamada para manter a paz, onde ela não existe. Muitos desses conflitos são rotulados de tribais ou étnicos. Esquecemos que as causas também podem ser políticas, sociais e económicas.

Amiudadas vezes analisámos os sintomas, em vez das causas. Na realidade, temos de continuar a analisar os problemas, até compreendermos a natureza dos novos desafios sociais, económicos e políticos. Mas o que são essas novas ameaças que minam a segurança dos estados e dos seus povos?

Elas incluem a degradação e a poluição do ambiente, o alastramento do vírus da SIDA, as migrações transnacionais, incluindo o aumento do êxodo dos que fogem das guerras e perseguições. Temos de concordar que nenhum estado por si só pode controlar esses novos desafios, dado o seu carácter global. Por outro lado, surgem constantemente novas ameaças. Forças subver-

sivas corroem a sua capacidade de manter a ordem social. Por exemplo, grupos de criminosos trabalham a nível nacional e internacional. Eles são traficantes de drogas, branqueadores de dinheiro, traficantes ilícitos de armas — inclusivamente de material nuclear — e de metais preciosos. Eles controlam quantidades enormes de dinheiro, que usam para subornar tudo e todos. Estes criminosos ameaçam a nova ordem liberal da economia internacional. Muitos desses cartéis do crime são tão ou mais ricos do que muitos países pobres. Estes problemas exigem soluções globais.

Se juntarmos a estes novos desafios a crise de valores, o desemprego, a pobreza e a miséria, facilmente chegaremos à conclusão de que a mistura pode ser explosiva nas mãos de demagogos. O perigo vem dos líderes extremistas, separatistas ou fraccionistas que canalizam a raiva das comunidades afectadas para o campo político. Responsabilizam os governos por problemas cujas soluções são mais mundiais do que propriamente nacionais.

Perante estas realidades gostaria, se me permitem, de citar o Secretário-Geral Boutros Boutros-Ghali, quando afirma que: «Forças poderosas mudaram o mundo de tal forma que nenhum estado ou grupo de estados tem capacidade para, por si só, encontrar soluções. As Nações Unidas, como organização, embarcaram num programa de reorganização de tal modo profundo que vai permitir transformá-la num verdadeiro instrumento para a paz e o desenvolvimento, como os seus fundadores sonharam há meio século. Nenhum órgão das Nações Unidas passará incólume por este processo de reformas.»

Para responder a parte desses novos desafios, o Conselho de Segurança realizou 144 sessões oficiais, entre Agosto de 1993 e Agosto de 1994. Quanto às consultas ao plenário, e durante o mesmo período, somaram 242 sessões. Registou-se uma diminuição de mais de 100 sessões, no que se refere ao número tanto de reuniões oficiais como de consultas ao plenário, entre Agosto de 1993 e Agosto de 1994, em relação ao período de Agosto de 1992 a Agosto de 1993. Isso não reflecte, porém, uma diminuição das actividades do Conselho de Segurança, mas sim os diferentes moldes em que se processam. Na realidade, o Conselho de Segurança vê-se obrigado a estar reunido de forma praticamente constante, a fim de responder à rápida evolução das situações e a acompanhar as distintas operações de paz, com base nos relatórios do Secretário-Geral.

A considerável intensificação das actividades do Conselho de Segurança despertou um interesse justificado dos estados membros das Nações Unidas,

em particular, e da comunidade internacional, em geral. Isso ficou patente no aumento da participação na análise do relatório anual do Conselho à Assembleia Geral. Em anos anteriores, este relatório atraía apenas uma atenção limitada. Porém, tanto na quadragésima oitava sessão como na que decorre actualmente, em Nova Iorque, numerosas delegações fizeram declarações sobre o documento do Conselho. Uma das principais exigências dos estados membros é que haja uma maior transparência quanto aos métodos de trabalho deste órgão da ONU.

Actualmente os estados membros mostram uma certa preocupação pela tendência do Conselho para se ocupar com assuntos como questões humanitárias e de direitos humanos, que deveriam ser tratados por outros órgãos das Nações Unidas. Também existe uma vontade quase universal de aumentar os membros do Conselho de Segurança.

Em face dos comentários e críticas dos estados membros, na quadragésima oitava sessão da Assembleia Geral, o Conselho de Segurança decidiu criar um grupo que estudará os meios não só para melhorar os métodos de trabalho como para lhes dar uma maior transparência.

Mesmo com as reduções, tanto das sessões plenárias como as de consultas ao plenário, as pressões sobre o secretariado aumentaram. Por exemplo, o Comité para a Jugoslávia teve de se ocupar de mais de 34 000 comunicados, em 1993, e de mais de 45 000 até Agosto deste ano. Apesar de, com a expansão das actividades das Nações Unidas, ter aumentado a confiança na sua capacidade de satisfazer as necessidades da comunidade internacional, o que é certo é que alguns estados membros continuam a não cumprir as suas obrigações legais no que diz respeito ao pagamento integral e pontual das suas contribuições.

As actuais operações de manutenção da paz exigiram e exigem enormes sacrifícios materiais e humanos.

80 000 homens e mulheres estão envolvidos em tarefas muito complexas, que vão desde proteger os comboios humanitários e observar eleições até supervisionar a implementação dos direitos fundamentais.

Isso leva a organização mundial a «esticar» os seus recursos financeiros até ao ponto de ruptura. O orçamento ordinário destinado às operações de paz era de 2600 milhões; em 15 de Agosto de 1994 os estados membros deviam 835 milhões de dólares. O Secretário-Geral decidiu alertar por escrito todos os chefes de Estado dos países membros com contribuições em atraso

para a precária situação financeira em que a organização se encontra. Neste contexto, a decisão anunciada pelos Estados Unidos, em 26 de Agosto deste ano, de pagar cerca de 956 milhões de dólares para o orçamento das operações de paz ajudará a aliviar a crise financeira, mas ela só ficará resolvida quando todas as quotas atrasadas forem pagas.

Mas a reestruturação dos órgãos das Nações Unidas, iniciada nos anos oitenta e que sofre um novo impulso, é de tal modo profunda que vai permitir transformá-las num verdadeiro instrumento para a paz e o desenvolvimento, como os seus fundadores sonharam há meio século. A propósito, o Secretário-Geral afirmou que «nenhum órgão das Nações Unidas passará incólume por este processo de reformas». Se não, vejamos:

O CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Este órgão das Nações Unidas, conhecido simplesmente pela sigla ECOSOC, talvez seja o que tenha recebido menos atenção durante o período da guerra fria. Mas até que ponto ele é realmente importante?

Hoje, confrontados com a degradação e a poluição do ambiente, o alastramento do vírus da SIDA, migrações transnacionais, incluindo o aumento do êxodo dos que buscam refúgio das guerras e perseguições.

Hoje, perante estes desafios e ameaças e o conceito de desenvolvimento socioeconómico bem definido, o Conselho Económico e Social toma novas cores. Como responsável pela coordenação dos organismos especializados do sistema das Nações Unidas, os 54 membros do ECOSOC decidiram tomar medidas destinadas a fortalecer o seu papel e a aumentar a eficácia do Conselho.

Para isso criaram novas pequenas juntas executivas para supervisionar as actividades do PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do FNUAP, Fundo das Nações Unidas para a População, e do UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância.

A nível dos escritórios no terreno, o Conselho recomendou o fortalecimento do sistema de coordenadores residentes.

Um ponto de extrema importância para a eficácia do ECOSOC foi a insistência nas vantagens, para as Nações Unidas, de se encontrar sempre o consenso nas decisões de importância mundial, em matéria de desenvolvimento.

Essas sugestões do Conselho Económico e Social foram já tomadas em consideração pelo Secretário-Geral Boutros Boutros-Ghali, que as incluiu na sua *Agenda para o Desenvolvimento*.

Enquanto o ECOSOC ganha novo impulso, o Conselho de Tutela tem praticamente os seus dias contados.

O Conselho tinha um total de onze territórios, a sua maioria em África e no oceano Pacífico, mas, hoje em dia, já existe apenas um — as ilhas do Pacífico administradas pelos Estados Unidos. Mesmo em relação a estas ilhas, e de acordo com a reunião de Janeiro deste ano, os Estados Unidos, na qualidade de autoridade administradora, e o governo de Palaos informaram o Conselho de Tutela que se propunham aplicar o convénio da livre associação o mais depressa possível.

Isso quer dizer que, nos termos das emendas introduzidas no regulamento do Conselho pela resolução de Maio deste ano, este órgão passa a reunir-se apenas quando for necessário.

Mesmo assim, o Secretário-Geral, de acordo com a Carta da Organização Mundial, já recomendou à Assembleia Geral a supressão do Conselho de Tutela.

Com o fim do período colonial e a queda dos grandes blocos aumentaram as perspectivas das Nações Unidas de pôr termo às causas dos conflitos: miséria económica, injustiça social e opressão política. Segundo o Secretário-Geral Boutros Boutros-Ghali, «esta missão alargada da ONU vai exigir a atenção dos diversos estados, das organizações regionais e não governamentais e de todo o sistema das Nações Unidas».

Neste contexto o Tribunal Internacional de Justiça continua a ser subutilizado. Porém, o biénio de 1993-1994 foi quase espectacular, uma vez que se ocupou de 13 casos, 12 dos quais eram assuntos que afectavam quase todas as regiões do mundo.

Uma maior utilização e confiança no Tribunal Internacional de Justiça contribuiria significativamente para a missão pacificadora das Nações Unidas. A propósito, o Secretário-Geral Boutros-Ghali, na sua Agenda para a Paz, recomenda as seguintes medidas para reforçar o papel deste órgão: «Todos os estados membros deverão aceitar, sem qualquer reserva, a jurisdição geral do Tribunal, conforme o disposto no Artigo 36.º do seu Estatuto, antes que termine, no ano 2000, a década das Nações Unidas para o direito internacional.»

Quando as estruturas nacionais não o permitam os estados devem estabelecer, por meio de acordos bilaterais ou multilaterais, uma lista das questões que aceitam submeter ao Tribunal e devem eliminar das cláusulas dos tratados multilaterais, relativas à solução de diferendos, as reservas formuladas por esses mesmos estados quanto à jurisdição do Tribunal.

Outra sugestão tem que ver com as «contribuições dos estados para o Fundo Fiduciário» criado para dar assistência aos países que não podem pagar os custos da apresentação dos diferendos ao Tribunal, países esses que devem aproveitar cabalmente o fundo para resolver os seus litígios.

Para que todos os órgãos do sistema das Nações Unidas funcionem correctamente, e sejam aproveitados em prol da paz, é absolutamente necessário que a reestruturação chegue a tudo e todos. Um dos principais pilares da organização é o pessoal do seu secretariado.

Devido ao aumento do número de missões de manutenção da paz e de outras missões no terreno, as Nações Unidas têm mais pessoal no terreno do que na sede. Quer seja em missões de paz quer noutros programas aprovados, é necessário dotar o pessoal das ferramentas adequadas de modo a tornar a organização eficiente e moderna.

As Nações Unidas lançaram um programa amplo de reciclagem em matéria de gestão, cuja finalidade é desenvolver funções directivas e a capacidade administrativa dentro do secretariado para todos os funcionários superiores. Hoje, o programa é extensivo a outras categorias da direcção.

Outro meio para se conseguir pessoal talentoso e qualificado foi a suspensão do congelamento de contratação, que entrou em vigor em Junho de 1994. Os concursos nacionais foram outro meio de encontrar bons funcionários para a organização.

Para que possamos competir e atingir todas as camadas sociais do mundo, a modernização é necessária e indispensável.

COOPERAR PARA REFORÇAR OS MECANISMOS DA SEGURANÇA COLECTIVA

Durante séculos a política de segurança nacional assentava na preservação da integridade territorial e na soberania do estado. A essência da política de segurança nacional tem sido a defesa de fronteiras.

Dentro destes conceitos inter-relacionados, a política de segurança internacional vinha gravitando à volta destas normas — soberania e integridade territorial dos estados.

Pouco a pouco, à segurança internacional começaram a juntar-se outros componentes, de acordo com as normas e padrões das Nações Unidas e das organizações regionais.

Algumas das normas dizem respeito às relações entre estados. Outras têm que ver com os assuntos intra-estados, como é o caso da Acta Final de Helsínquia, que declara as partes envolvidas em conflito mutuamente responsáveis pelas violações dos direitos das minorias e dos padrões humanos.

A aplicação destes conflitos exigiu dos estados membros e das Nações Unidas criatividade e imaginação. Daí que começemos a ver, nos últimos anos, uma simbiose de «peacemakers» civis e «peacekeepers» militares.

Também as organizações regionais foram chamadas a desempenhar um novo papel no reforço da segurança colectiva.

Noutras épocas os acordos destinavam-se frequentemente a suprir a falta de um sistema universal de segurança colectiva. Nesta era de renovadas oportunidades os organismos regionais têm vindo a desempenhar um importante papel na busca de soluções locais para os seus problemas de segurança regional.

É propósito do Secretário-Geral Boutros-Ghali incentivar acordos no sentido de aumentar a participação das organizações regionais nos campos da diplomacia preventiva, no restabelecimento e manutenção e consolidação da paz depois dos conflitos.

De acordo com a Carta, o Conselho de Segurança é e continuará a ser o principal responsável pela manutenção da paz e segurança internacionais, mas a acção regional, promovendo a descentralização, a delegação de poderes e a cooperação com as Nações Unidas poderia não só aliviar o trabalho do Conselho de Segurança mas também fomentar um maior grau de participação, de consenso e de democratização nas questões internacionais.

A título exemplificativo citarei alguns casos de envolvimento das organizações regionais no reforço da segurança colectiva:

AFRICA

Organização da Unidade Africana.

Liga dos Estados Árabes.

Organização da Conferência Islâmica.

Estes três grupos regionais uniram esforços com as Nações Unidas para fazer face à situação na Somália, Ruanda e Libéria.

ASIA

Associação dos Estados do Sudeste Asiático.

Neste continente, esta organização e vários estados de diversas regiões participaram, juntamente com as partes envolvidas no conflito do Camboja, numa conferência internacional em Paris que culminou com o acordo de paz do mesmo nome.

AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS

No caso de El Salvador, um dispositivo único — «os amigos do Secretário-Geral» — facilitou o estabelecimento dos acordos que foram concluídos graças aos bons ofícios do Secretário-Geral.

O fim da guerra na Nicarágua envolveu diversos estados e a OEA, Organização dos Estados Americanos.

No Haiti, as primeiras eleições livres contaram também com a colaboração da OEA.

EUROPA

A União Europeia e os Estados partes da Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa continuam a envidar esforços para fazer face à crise nos Balcãs e regiões vizinhas.

NOVOS CONCEITOS QUE AS NAÇÕES UNIDAS PROCURAM INTEGRAR NA SEGURANÇA COLECTIVA

Se as ideias das Nações Unidas quanto à maior participação das organizações regionais fossem aceites e adoptadas na sua totalidade teríamos

todos os problemas de segurança colectiva resolvidos? A nossa resposta seria não. Se não, vejamos:

A segurança colectiva consumiu, entre 1993 e 1994, mais de sete mil milhões de dólares. Mesmo assim, não conseguimos eliminar os focos de tensão que vêm assolando os quatro cantos do globo.

Quantas vezes, em países com exércitos bem equipados e organizados, o cidadão não se sente em segurança por causa da violência do narcotráfico, do tráfico ilícito de armas, da destruição do ecossistema, da deslocação em massa do campo, sem esperança, para a cidade prometedora.

Entretanto, o outro lado menos noticiado não pode ser descurado. O desenvolvimento socioeconómico dos países menos desenvolvidos é crucial, se quisermos que haja uma democracia real e que o respeito pelos direitos humanos seja uma realidade universal. Há que inverter a actual e perigosa situação em que vivemos, em que a migração se tornou quase na única alternativa para os habitantes de alguns países, quando deveria ser uma entre muitas opções.

As dramáticas mudanças políticas no clima internacional não foram acompanhadas de uma redução correspondente dos gastos militares. Os países industrializados, mais do que os que se encontram em vias de desenvolvimento, efectuaram reduções nesse domínio, nos últimos anos, o que constitui um sinal de esperança, embora haja ainda um longo caminho a percorrer. Uns invocam novas ameaças potenciais, particularmente as étnicas e os conflitos territoriais na Europa, para manter as suas despesas militares ao mesmo nível.

Nos países em desenvolvimento justificam os seus gastos militares nas áreas que proporcionam a dissuasão efectiva de uma intervenção e, ao mesmo tempo, conquistam o respeito dos países vizinhos. Em termos práticos, podemos dizer que ninguém está interessado na redução das despesas militares:

Mas vejamos os factos: anualmente, os países em desenvolvimento canalizam cerca de 125 mil milhões de dólares para despesas militares; nesses mesmos países, mil milhões de pessoas nunca viram um profissional de Saúde; 192 milhões de crianças estão subnutridas; 1,3 mil milhões de pessoas não têm acesso a água potável.

Os 12% das despesas militares adicionados aos custos actuais seriam suficientes para fornecer cuidados médicos primários a todos, incluindo

a vacinação de todas as crianças, para a eliminação da subnutrição grave, a redução para metade da subnutrição moderada e o fornecimento de água potável a todos. Isso tudo no campo da Saúde.

Mas o que aconteceria se conseguíssemos que, nesses mesmos países, orientassem a redução anual de 4% das suas despesas militares para a Educação? Isso significaria que iríamos reduzir o analfabetismo de adultos para metade, proporcionaríamos a educação primária universal e daríamos às mulheres um nível de instrução idêntico ao dos homens.

Estamos a falar em 900 milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever. Em 80 milhões de crianças que não frequentam a escola. Na alfabetização feminina, que representa 70% da masculina.

Infelizmente, convencer os que produzem armas e os que as compram e usam, como meio de se manterem no poder, de que a melhor defesa é investir na redução da pobreza e do subemprego é uma tarefa que vai exigir de todos nós paciência e perseverança.

Da mesma forma que acabamos de ver que é absolutamente necessário reduzir as despesas para mantermos esta «paz» relativa em que vivemos, o que teremos de fazer no campo do desenvolvimento, para mudar mentalidades e conceitos que ferem a dignidade do homem, vai exigir de todos, governos, organizações não governamentais, educadores, empresários, religiosos, enfim, de todo o tecido social, esforços titânicos. Se não vejamos:

Em termos de cooperação e ajuda ao desenvolvimento tem sido dada prioridade ao ensino superior em relação ao primário, que recebe menos de 20% da ajuda total do auxílio destinado à educação. Os hospitais urbanos têm preferência sobre os cuidados primários de saúde, que recebem menos 30% das verbas canalizadas para os programas de saúde.

Tanto os dadores como os receptores do auxílio alimentam essas disparidades. Os dadores pretendem que a sua assistência coincida com os seus interesses comerciais. Preferem usar as ajudas para o escoamento das suas máquinas e consultores. Por razões políticas tais ajudas devem ser bem visíveis, pelo que são orientadas para construções de edifícios em detrimento de um bom uso dos mesmos.

Quanto aos países receptores também têm as suas responsabilidades pela existência destas situações. Muitos deles não resistem aos projectos que reforçam o seu prestígio político.

Outra enfermidade que corrói e atrofia o desenvolvimento são as ajudas militares aos aliados estratégicos, sem consideração pelos países pobres. Os exemplos são inúmeros e perderíamos um tempo precioso a enumerá-los aqui.

A nova concepção de desenvolvimento, aos olhos das Nações Unidas, deve ser alargada de forma a considerar todos os fluxos internacionais e não apenas a ajuda. Alguns dos fluxos mais significativos que não se integram no conceito de ajuda são o investimento privado, o trabalho e o comércio e financiamento internacionais, incluindo o pagamento de dívidas. Por outro lado, a realidade da dupla crise — crise social e crise moral — que o mundo atravessa não necessita de demonstração porque todos a vivemos, quer através de experiências próprias quer pelos meios de comunicação.

Em muitas sociedades estas crises adquirem uma grande amplitude. A alienação total de sectores de certas sociedades, a insegurança resultante de uma crescente criminalidade, o consumo e o tráfico de estupefacientes e de outros produtos, que permitem às pessoas escapar às suas próprias personalidades e às suas relações com o próximo, são outras tantas manifestações de um mal próprio das sociedades contemporâneas.

Existe uma crise moral pessoal e uma crise ética quando, a nível da sociedade, não existe um equilíbrio entre direitos e deveres, quando a busca de satisfações individuais se converte num fim em si mesmo e quando se procura afirmar a identidade de uma pessoa ou de um grupo em detrimento da dos outros. Estes sintomas de mal-estar e talvez de crise ética encontram-se tanto no plano das nações como no das relações internacionais. As políticas e os comportamentos, nas esferas pública e privada, a nível das diferentes comunidades nacionais e internacionais, estão profundamente inter-relacionadas através de atitudes e sistemas de valores.

As Nações Unidas acreditam que não existe uma receita para a criação de uma cultura que avance de uma forma harmoniosa com dinamismo, tolerância e compaixão. Mas é evidente que as ideias expressas por dirigentes políticos, intelectuais, líderes espirituais e outros têm uma influência real, e às vezes rápida, nas sociedades e no seu funcionamento.

Em 1995, mais concretamente na primeira quinzena de Março, o mundo terá a oportunidade de discutir, na cimeira mundial sobre o desenvolvimento social, em Copenhaga, todos estes temas que afligem o nosso planeta.

Basta recordarmos as palavras do Secretário-Geral Boutros Boutros-Ghali quando afirma que «a pobreza é moralmente escandalosa, economicamente nociva e politicamente perigosa», para entendermos que atravessamos momentos difíceis. No contexto de uma reflexão sobre as tendências do desenvolvimento social verificamos que a pobreza afecta pessoas e famílias em todas as regiões do mundo e tem vindo a aumentar nos últimos anos, tanto em termos absolutos como relativos, em África, na América Latina e nos países industrializados. Apenas na Ásia se registou uma diminuição desse flagelo.

O mundo necessita de justiça e não de caridade.

Muitos já começam a duvidar do futuro. No preâmbulo da Agenda 21, aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, afirma-se que «nós enfrentamos... um contínuo empobrecimento dos ecossistemas de que depende o nosso bem-estar». Problemas como o aquecimento do planeta, a desertificação, a desflorestação, o esgotamento de certos recursos naturais e os atentados contra a diversidade biológica penetram nas mentalidades colectivas e contribuem para que se ponha em dúvida o bom senso de certos aspectos culturais. Se conjugarmos tudo isto com os avanços nos campos da biologia e da genética, com a produção e o consumo cegos, percebemos que o homem contemporâneo duvide de um amanhã saudável para os seus filhos.

Em vez de darmos especial destaque a este ou àquele ponto da questão do desenvolvimento, parece-nos mais aconselhável considerar que os diferentes programas e conferências representam perspectivas e ângulos de ataque complementares do mesmo problema global; a paz, o desenvolvimento e a protecção do meio ambiente são interdependentes e inseparáveis. Da mesma maneira que «a pobreza é moralmente escandalosa, economicamente nociva e politicamente perigosa».

Hoje, o auxílio humanitário que tradicionalmente era motivado por catástrofes naturais tem uma nova componente: guerra civil e fricções étnicas. No Afeganistão, em Angola, na Bósnia e Herzegovina, na Libéria e no Sul do Sudão, o sofrimento humano continua indescritível.

Através da análise dos gastos do sistema das Nações Unidas é ainda mais evidente a urgência do aumento das ajudas da comunidade internacional ao ACNUR, à FAO, UNICEF, UNESCO, UNEP, PNUD e restantes orga-

nismos especializados das Nações Unidas. Se tal não acontecer, podem exacerbar-se ainda mais as tensões sociopolíticas no mundo.

O contributo de todos é fundamental para que a paz e a prosperidade cheguem a todos, e cada vez com mais liberdade.

Carlos Santos